



HAL
open science

A proteção da floresta amazônica: políticas de Estado, percepção dos atores e gestão dos espaços locais

Neli de Mello Théry, Véronique van Tilbeurgh

► To cite this version:

Neli de Mello Théry, Véronique van Tilbeurgh. A proteção da floresta amazônica: políticas de Estado, percepção dos atores e gestão dos espaços locais. VIII Encontro nacional da ANPEGE, Sep 2009, Curitiba, Brazil. hal-00457007

HAL Id: hal-00457007

<https://hal.science/hal-00457007>

Submitted on 16 Feb 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

MESA REDONDA NA ANPEGE: Estado, território e gestão do espaço brasileiro

A proteção da floresta amazônica: políticas de Estado, percepção dos atores e gestão dos espaços locais

Neli Aparecida de Mello, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo,
namello@usp.br

Véronique Van Tilbeurgh, COSTEL, LETG UMR 6554-CNRS, Université Rennes 2,
veronique.vantilbeurgh@uhb.fr

Resumo

Analisar como as políticas públicas socioambientais dirigidas à região amazônica são percebidas pela população local e quais tipos de resultados têm sido produzidos na gestão do território local são as problemáticas orientadoras de nossas reflexões.

O primeiro aspecto a ser analisado é a noção de sustentabilidade do meio ambiente, difundida especialmente pelos segmentos ambientalistas e os atores governamentais que realizam as políticas ambientais, procurando ressaltar a relação com a idéia de desenvolvimento sustentável como uma categoria de discurso ou uma categoria de análise.

O segundo grupo de reflexões abordará a durabilidade pela conversão, explorando a participação de atores como a Prefeitura de Parauapebas, a repetidora local da televisão (TV Liberal) e a Emater. Atores que constituem parte de uma rede de relações da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás – COOPER.

As ponderações finais trazem à tona a compreensão do importante papel que estes atores têm e ressalta ainda o vínculo bastante forte com modelos vindos do exterior por meio de financiamentos e da presença de atores exteriores. Ao mesmo tempo, procura-se verificar como a gestão dos espaços locais se beneficiam (ou se ressentem) das idéias recebidas. A análise enfoca o vínculo entre os diferentes parceiros – a Prefeitura, os agricultores, por meio da COOPER, os Ministérios da Agricultura e o de Meio Ambiente e, por seu intermédio, o G8 e a União Européia.

Palavras-chave: sustentabilidade ambiental e social – Estado - atores – gestão local

O discurso de desenvolvimento sustentável foi incorporado pelos diversos atores, institucionais ou não, públicos e privados, ora valorizando um ou outro de seus pilares (econômico, social, ambiental, territorial). Assistimos à banalização do discurso, com as evidentes perdas de seu conteúdo. Instituições públicas, organizações não governamentais, empresas, setores produtivos, meios de comunicação garantem estar implantando o novo desenvolvimento, inserindo-lhe a nova qualificação.

De concepção aparentemente simples ao propor a articulação e integração de três elementos principais, o econômico, o social e o ambiental, a concepção de desenvolvimento sustentável nasce contraditória, mas é valorizada como uma possibilidade de harmonia entre objetivos paradoxais. Concepções desenvolvidas no último quartel do século passado, difundidas mundialmente pelas instituições e conferências onusianas, agências de cooperação bi e multilaterais, organizações não governamentais e posteriormente governos, foram concretizadas por meio de numerosas experiências locais ao longo dos últimos dezessete anos.

E, estas experiências apontam para sucessos e fracassos. Os fatores que promovem esses resultados positivos ou negativos não são ainda muito claros, estima-se que sejam tanto fatores biológicos ou ecológicos como sociais, espaciais e econômicos. Identificam-se projetos com trajetórias ascendentes ou descendentes. Situar-se no contexto das primeiras, se configura como uma garantia para novas demandas e aparecimento de novos projetos. Porém, apreender as causas destas trajetórias implica em conhecer a complexa dinâmica das experiências de sustentabilidade podendo ela tanto ser decorrente da análise de rentabilidade como do desvendamento das concepções de meio ambiente no seio dos grupos sociais envolvidos.

Na maioria das vezes o pilar mais sólido sobre o qual repousa tais projetos é o meio ambiente e sua proteção, por ser o mais facilmente identificável e sobre o qual o consenso social parece ser o mais importante. Neste foco, a primazia é dada às condições de manutenção da diversidade ecossistêmica, buscando convencer as populações envolvidas da importância inter e intra-ecossistêmica para a manutenção da própria vida.

Os fatores determinantes

Incluimos entre os possíveis fatores – chave, os determinantes que explicam a evolução posterior dos projetos, as políticas públicas e as parcerias e articulações (ou a sua ausência) com os atores locais.

Muitas vezes estas parcerias e articulações são indutoras das novas políticas ambientais e da agricultura familiar, incorporando visões de sustentabilidade do meio ambiente e de suas próprias famílias, mas, o tempo de sua conversão pode corresponder ao tempo dos fluxos de recursos ou ainda ser bastante variável em função da presença das instituições defensoras destes ideais. No nosso estudo de caso, de quais as vantagens que os projetos implantados em Parauapebas¹ se beneficiam para que eles consigam se manter desde o início dos anos 1990?

Em outras vezes ainda, as políticas públicas e, sobretudo os planos locais atuais abusam no uso do termo. Procuram levar em conta visões parciais como maneira de articular /

1 Artigo resultante das pesquisas realizadas no âmbito do projeto DURAMAZ – Os determinantes geográficos, demográficos e sócio-econômicos da sustentabilidade na Amazônia brasileira, tendo sido escolhido Parauapebas (PA) para o trabalho de campo e das entrevistas aos atores em função do longo período de experiências lá desenvolvidas. A equipe de pesquisadores foi composta por Hervé Théry (coordenador), Evelyne Gauchet, Guillaume Marchand, Rovaine Ribeiro e as duas autoras. Projeto financiado pela ANR - Agence Nationale de la Recherche (França).

aliar os interesses da conservação ambiental aos sociais. Reduzem os conflitos decorrentes do próprio conceito, reforçando, a vertente social dando primazia à busca de sistemas que lhe permitam melhoria na renda familiar, e, incluem marginalmente o meio ambiente pelo aspecto de manutenção da qualidade do solo.

Como o Estado, cuja estrutura é formada por instituições contraditórias, se comporta? A missão de algumas de suas instituições é a melhoria das condições de vida da sociedade; já outras buscam meios para garantir o crescimento econômico e outras ainda, estas muito recentemente criadas, possuem responsabilidade de cuidar para que o meio ambiente seja conservado para as gerações presentes e futuras. Como se articulam interesses tão diversos?

Além da estrutura estatal responsável pelas políticas sociais e ambientais, a presença do Estado, em outros setores é um elemento importante na Amazônia, embora muitas vezes seja contestada. Em sua história contemporânea, a implantação de ações financiadas ou pelo orçamento federal ou com o apoio do governo federal, vindo de fontes nacionais ou internacionais, é uma ação continuada. Ao lado destas, incontáveis pequenas ações se desenvolveram com o apoio da Igreja, de associações caritativas e mais recentemente, organizações não governamentais socioambientais.

Não apenas os recursos têm um peso considerável, mas também as decisões. O principal argumento de contestação é que as populações locais não são ouvidas, sendo que os decisores externos detêm outros interesses. Porém as elites locais fazem parte das decisões, por meio dos representantes políticos, dos setores econômicos regionais. Depois de 1988, os representantes de comunidades e populações locais estão, obrigatoriamente, presente, constituindo as decisões participativas.

No período contemporâneo, o Estado nacional – as instituições federais - estiveram presentes nas decisões político-econômicas de incorporar a região ao mercado nacional e internacional, cujas práticas podem ser exemplificadas pelas prioridades de exploração dos minerais e os benefícios concedidos às empresas exploradoras como a CVRD (hoje Vale), a Albras, entre outras; pelos incentivos fiscais para induzir a localização de empresas e o desenvolvimento de suas atividades aprovados pela SUDAM e liberados pelo BASA; pelos programas de colonização agrária, inicialmente voltado para os pequenos agricultores e em seguida para outros beneficiários como cooperativas do sul do país. São apenas alguns dos elementos econômicos.

Do ponto de vista político, as decisões políticas do período militar voltadas para aumentar a densidade – populacional e econômica - da região primaram-se por garantir os mecanismos e meios para que a mesma ocorresse. A preocupação com a ocupação da região do Bico de Papagaio (MA/GO/PA) por focos políticos contrários ao regime foi traduzida pela implantação de projetos de colonização agrária dirigida a pequenos produtores. O exemplo do GETAT² (O Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins) é o mais simbólico pois “anunciava em carros de som e reconhecia os agricultores pelas mãos”³ nos Estados de Goiás, Paraná,

² O GETAT, criado pelo Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, levou para a região 3600 colonos, restam apenas cerca de 500. Abandono ou venda dos lotes permitiu a formação de fazendas.

³ Entrevista em 07 de julho de 2007, agricultor, morador do projeto CEDERE / Paraupabas (PA).

Espírito Santo, buscando trazer uma nova população a ser fixada no campo e, de fato, criar novas condições na região.

À colonização pública desta região agregam-se outras áreas em Rondônia (Théry, 1977; Coy, 1987), Pará, Maranhão (Droulers e Maury, 1981) e a colonização privada no Mato Grosso (Nédélec, 2005).

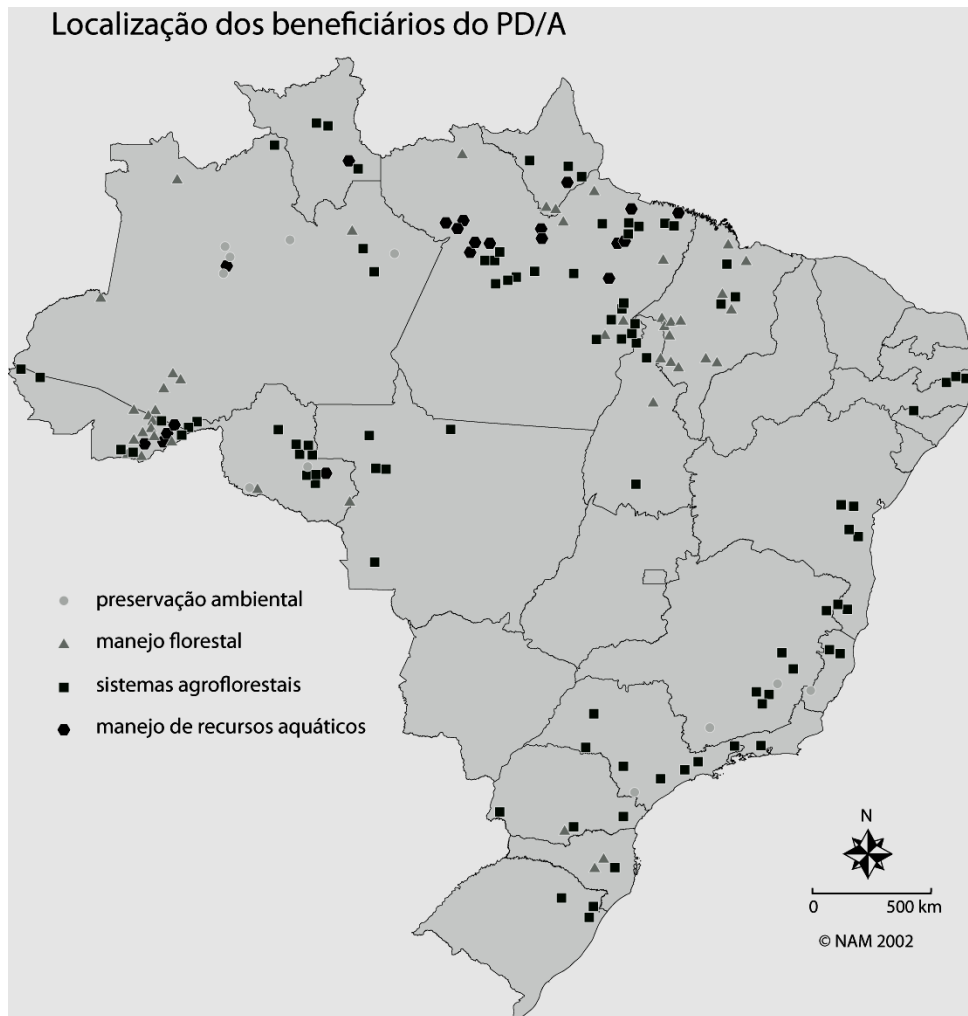
Os resultados são mesclados: à elite conservadora, o aumento da população, a instalação de infra-estrutura, o aumento do PIB regional, a produção agropecuária significa que a incorporação da Amazônia ao mercado nacional é um exemplo de sucesso. Para outros, o aumento dos conflitos fundiários, da predominância de grandes proprietários nas franjas pioneiras, do aumento do número de cidades e de sua periferização, a baixa condição de vida da população, a continuidade do processo de desmatamento é o retrato do fracasso.

Neste contexto dual, numerosas experiências sustentáveis vêm sendo desenvolvidas desde os anos 1990, muitas delas traduzem princípios que indicam objetivos muito amplos, visando atender interesses por vezes díspares. Os resultados são, então, prejudicados por conflitos internos. Por outro lado, sem dúvida, outras tantas experiências conseguiram gerar formas de gestão do território menos danosas ao meio ambiente, garantindo maior tempo de exploração de seus recursos. Pode-se, portanto, dizer que os princípios de uma gestão ambiental local foram inseridos nos interesses da sociedade em questão.

Globalmente dos projetos ditos sustentáveis, um terço é implantado na região amazônica, financiados tanto por agencias nacionais, organismos multilaterais ou cooperação binacional. Desde os anos 1990 a Alemanha, impulsionada pelo seu Partido Verde tem sido um dos países de maior participação em investimento direto ou cooperação técnica. É o caso de alguns programas específicos como o PPG7, cujos recursos de doação (US\$ 250 milhões) foram destinados em torno de 95% para a Amazônia, aplicados em numerosos subprogramas e projetos (Mello, 2006). Dentre os subprogramas destaca-se o PD/A (Projetos Demonstrativos tipo A) destinado a financiar projetos alternativos para associações, cooperativas ou municípios amazônicos (Mancin, 2001). Entre 1996 e 2008 foram financiados 372 projetos, entre os quais 208 (56%) se localizaram na Amazônia, conforme destacado na figura 1. A primeira fase do programa foi essencialmente amazônica, detentora de 140 entre os 188 projetos para lá financiados. Prioridade modificada durante a segunda fase (2003 a 2010), pois dentre os 184 projetos, apenas 68 foram amazônicos.

Aspecto importante é a permeabilidade destes princípios, por terem se disseminado espacial e socialmente, porém, pode-se afirmar que a agenda continua sendo originária fora da região....

Figura 1 – Tipos de projetos financiados pelo PD/A



Ao lado de experiências deste porte, a maior parte das atividades econômicas locais continua tendo como objetivo suprir o mercado internacional com seus produtos: é o caso da mineração, da soja e da cana de açúcar que ganha terreno na região nos últimos anos.

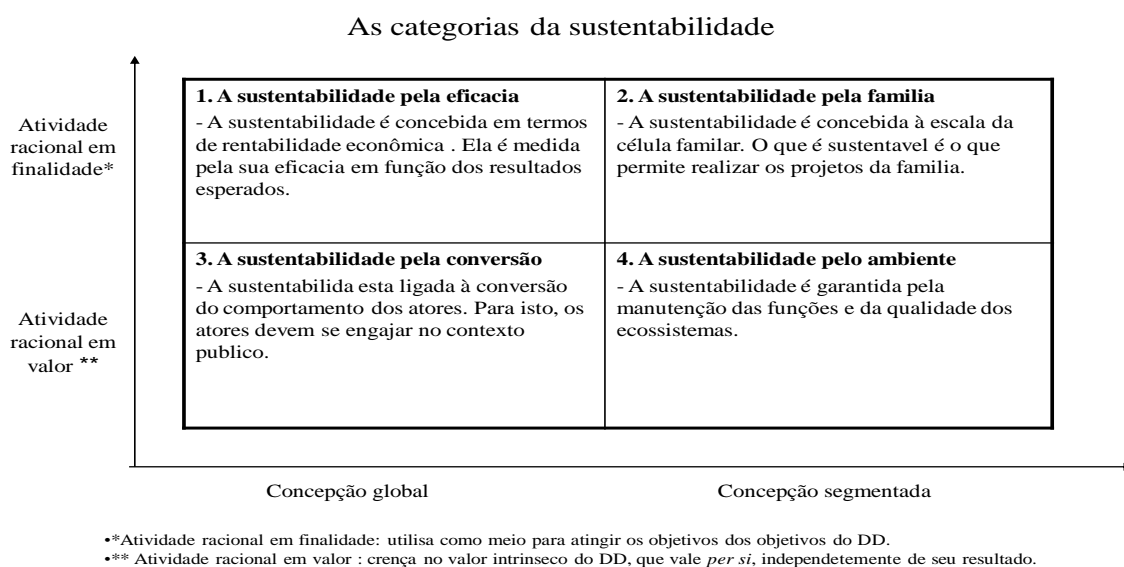
No contexto das políticas sociais e ambientais a percepção das contradições entre discurso e prática é muito mais sensível. Embora um grande conjunto de experiências sustentáveis seja realizado à escala local com a participação das comunidades ou das populações locais como obrigatoriedade, para estas, muitas vezes as políticas públicas federais ou estaduais são percebidas como uma imposição externa.

De fato, um olhar mais atento ao momento em que tais experiências sustentáveis passam a ser impulsionadas nos remete à uma visão quase doutrinária dos agentes externos por afirmarem (e obrigarem a cumprir) que a descentralizações das ações e decisões do Estado era a única maneira de dar vazão às vozes locais. Para estas instituições, obrigatoriamente dever-se-ia reduzir as etapas intermediárias e ir diretamente ao local. O local torna-se, então, a solução de todos os problemas. A crença no local como o único caminho correto impede de enxergar as articulações mais profundas entre parte das lideranças e os setores econômicos dominantes e, portanto, conservadores, difíceis de serem convertidos pelas novas idéias.

Como reagir a essa situação quando se sabe que as elites locais, por exemplo, podem ser formadas por segmentos totalmente refratários aos princípios do desenvolvimento sustentável? Ou que os distorcem e os incluem em suas retóricas?

Desvendando as visões de sustentabilidade

Para desvendar e compreender melhor como as populações locais percebem as políticas públicas que objetivam um novo modelo de desenvolvimento o ponto de partida foi alguns projetos financiados como sustentáveis na região de Parauapebas (PA)⁴. Optamos por propor uma tipologia, inspirada nos trabalhos de Weber (1971), em quatro categorias de sustentabilidade segundo as posições dos principais atores interrogados, organizada após a análise dos diversos pontos de vista dos atores locais. Entre as quatro formas de racionalidade identificadas por Weber, somente duas entre elas são pertinentes ao nosso lugar de pesquisa. Suas racionalidades estão postas à discussão. Duas destas categorias referem-se à uma concepção mais global: pela eficácia e pela conversão; as duas outras, de concepção mais segmentada: pela família e pelo meio ambiente (Van Tilbeurgh, De Mello, 2008). A figura 2 clarifica as categorias:



a) A sustentabilidade pela eficácia é concebida em termos de rentabilidade econômica, sendo os resultados obtidos a medida de sua eficácia. Os atores

⁴ As experiências implantadas pela COOPER foram objeto de avaliação realizada no contexto do programa de pesquisa DURAMAZ, financiado pela ANR (Agence National de Recherche), França. Esta cooperativa está localizada em Parauapebas e vem, desde 1996, obtendo recursos internacionais (PPG7) para implantação de diversas etapas: criação da cooperativa, agregação de produtores de frutas, compra e venda da polpa dos frutos, compra de câmara fria para preparação da polpa, preparação de outros subprodutos como a geléia de frutos.

principais são o Banco da Amazônia, a Vale, os sindicatos dos pecuaristas e os patronais. Suas escalas de ação se circunscrevem na zona de influência da empresa ou da instituição bancária e a finalidade de todas as ações é, sobretudo econômica. Ações ambientais ou sociais são marginais.

- b) A sustentabilidade pela conversão está ligada ao convertimento do comportamento dos atores devendo estes se engajarem no âmbito do espaço público. Seus atores principais são a Prefeitura do município, a TV Liberal, a Coopserviços, uma cooperativa de serviços à agricultura familiar e a Emater, empresa governamental de assistência técnica ao pequeno produtor. No caso das instituições governamentais, os períodos de seus mandatos indicam o seu tempo de ação. A finalidade de suas ações é mais complexa envolvendo não apenas a formação ambiental, a disseminação e o apoio técnico alternativo que permita convencer seus públicos beneficiários a conservarem o meio ambiente mas também a formação destinada a melhorar as suas condições de vida e, sobretudo a permitir-lhes aumentar sua renda ou a sua empregabilidade. Predominam ações sociais.

As duas outras concepções, um pouco mais segmentadas, envolvem a percepção de sustentabilidade pela família e pelas instituições executoras da política ambiental.

- c) A primeira se inscreve no âmbito do núcleo familiar cujo objetivo principal é permitir a realização dos projetos familiares, enquanto a durabilidade pelo meio ambiente é garantida pela manutenção das funções e das qualidades dos ecossistemas. Os produtores familiares são os atores da sustentabilidade familiar. Eles enxergam a estabilização de suas rendas como o objetivo principal das ações, incluindo em segundo lugar a preocupação com a saúde e finalmente o ambiente como o território de exploração, instrumento de produção. Aceitam participar dos *ateliers* de formação como caminho para aprender a melhor proteger o meio.
- d) Já a segunda, a sustentabilidade ambiental privilegia as ações de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Identificam o prazo de 5 anos, tempo de vida útil de um plano de manejo. Mas às ações ambientais agregam-se outras sociais, especialmente fornecendo expertise para que os produtores familiares incorporem em seus sistemas produtivos a proteção ambiental e outras ações econômicas que visam a promover uma melhoria na renda dos produtores familiares. Seu principal ator é o ICMBio⁵.

O foco da análise são duas das concepções, uma mais global e outra mais segmentada.

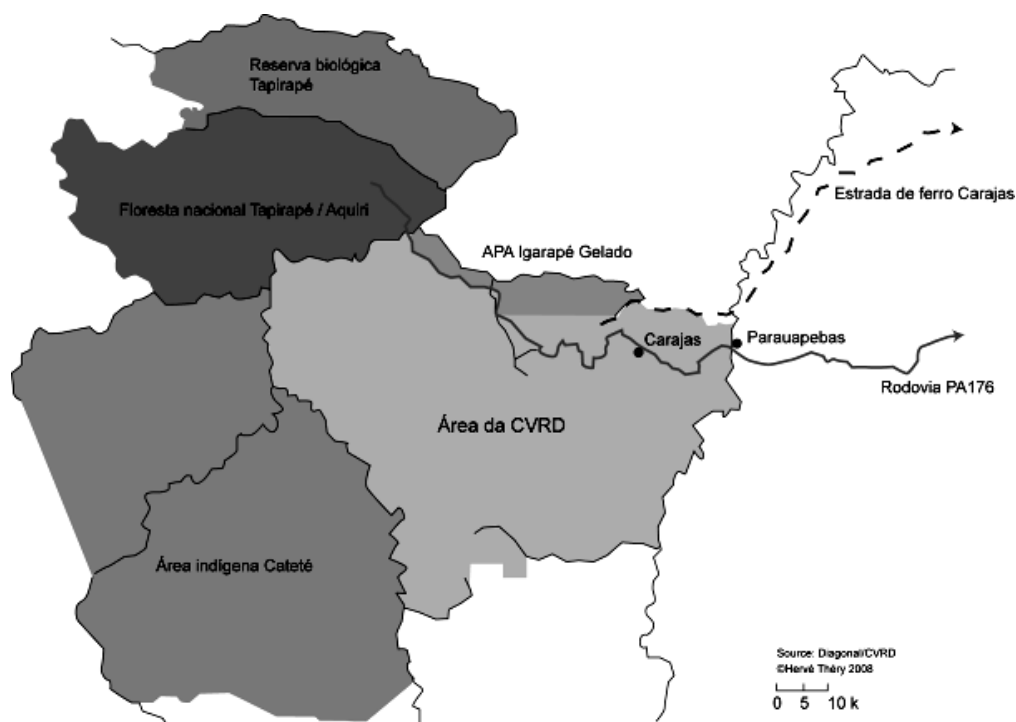
⁵ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tinha, até 28 de agosto de 2007 a responsabilidade da gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Nesta data, a lei 11.516 cria o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, reestruturando-o, retirando-lhe esta atribuição

1. - Sustentabilidade ambiental

O Estado brasileiro se mantém em condições de gerenciar seu meio ambiente e seu território? Antes de focalizar nas ações realizadas na região pelas instituições do Estado brasileiro responsáveis pela definição e implantação das políticas ambientais e de sustentabilidade ambiental, enfatizamos sua estrutura de funcionamento. A Constituição brasileira garante que as competências sobre a gestão dos ambientes preservados é compartilhada entre os três níveis administrativos: a União, os Estados federados e os municípios. Longe de ser um processo articulado, os três níveis governamentais competem entre si pelas decisões e ações a serem implantadas. De 1988 à atualidade, muitos avanços foram conquistados formalizados no chamado “Pacto Federativo”, o que melhorou muito as articulações entre instâncias administrativas.

A elaboração da política nacional de meio ambiente é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Ligados a ele, duas outras instituições nacionais são responsáveis pela execução, de um lado, IBAMA, responsável pelo controle, fiscalização e monitoramento ambientais e a ICMBio (antiga Diretoria de Ecossistemas, parte do IBAMA reestruturado em Instituto independente), cujas atribuições se referem à ações de conservação ambiental e gestão das áreas protegidas federais. Na região de Parauapebas as unidades de conservação federais constituem um mosaico de categorias distintas.

Figura 3 - Mosaico protetor do complexo Carajás



Fonte: Théry *et al*, 2008 (Parauapebas)

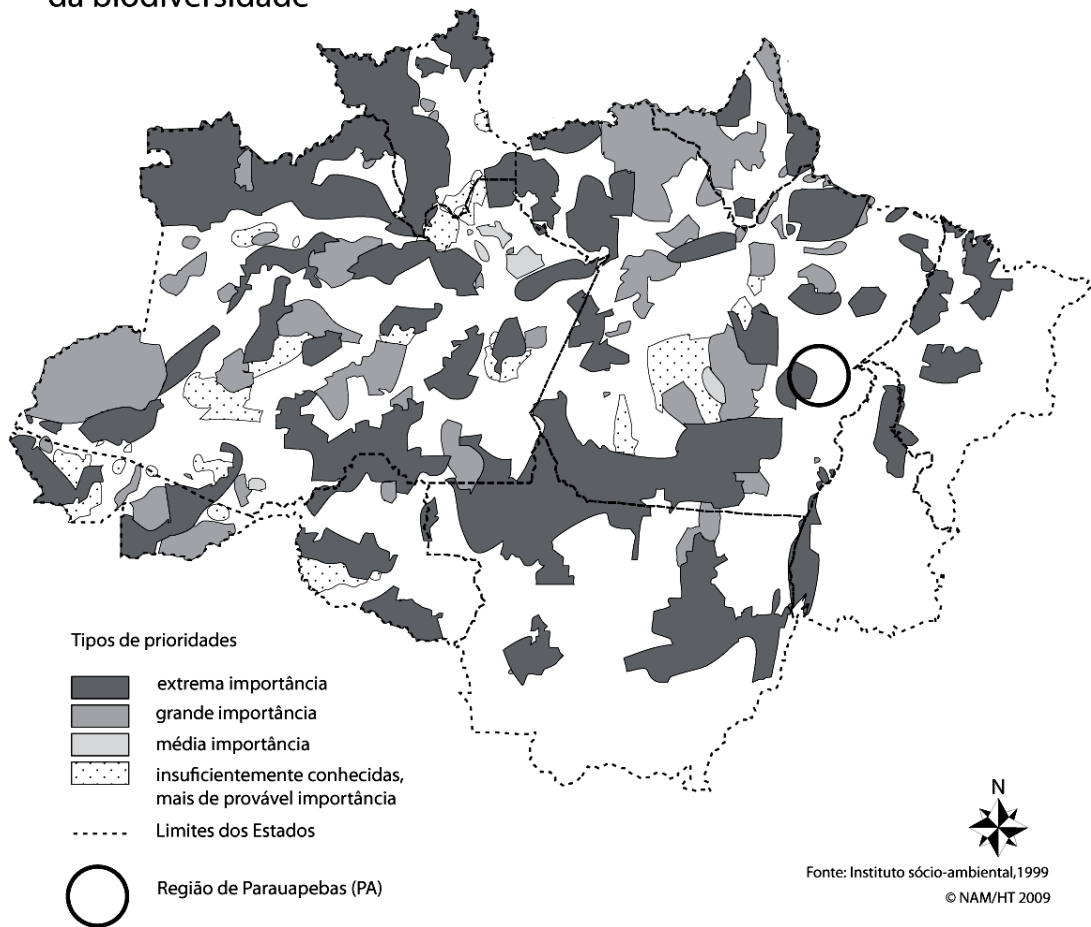
Este complexo mosaico de unidades de conservação é formado por unidades de proteção integral e de uso sustentável: Florestas Nacionais (Carajás, Tapirapé-Aquiri, Itacaiúnas), Reserva Biológica (Tapirapé) e Área de Proteção Ambiental (Igarapé Gelado), todas de propriedade do governo federal, distribuídas em quatro municípios. Do ponto de vista ambiental este conjunto de UC é o único bloco denso de floresta que restou em uma região profundamente desmatada. Esta área privilegiada foi organizada aos poucos desde o início do Projeto Carajás, em 1985. Criadas em dois momentos, três delas tiveram seus atos constitutivos aprovados no ano de 1989, e outras duas em 1998. Embora evidentemente não se trate de uma área de proteção ambiental, a Terra Indígena Xicrin do Cateté, criada pelo decreto 384, de 24 de dezembro de 1991 e homologada em 1996 agrega-se a esse mosaico.

O ICMBio e as áreas protegidas na região de Carajás / Parauapebas e as escalas de ação

A Política Nacional de Conservação da Biodiversidade (MMA, 2002) indicou cerca de 390 áreas de importância (alta, muito alta, extremamente alta) para conservação *in situ* da biodiversidade na Amazônia, para as quais várias ações, vêm desde então, sendo implantadas, mantendo-se um ritmo de avaliações e atualizações das áreas. Nos municípios da região de Marabá a única mancha que aparece é, nitidamente, o conjunto das 5 áreas que resistiram aos impactos da frente pioneira, do desmatamento.

Figura 4 – Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade

Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade



No município de Parauapebas estão localizadas a APA Igarapé Gelado e a Flona Carajás. Este conjunto compõe um cinturão de proteção ao núcleo mineralógico de Carajás, constituído por terras públicas federais, com funções determinadas de conservação ambiental, abrangendo uma área de 1,23 milhões de hectares.

Apesar de numerosos problemas atualmente este mosaico de conservação é único remanescente do que foi, outrora, a floresta amazônica. Do ponto de vista ambiental os resultados atuais justificam os objetivos não explícitos de sua criação, ou seja, a formação deste cinturão de preservação para a província mineral de Carajás. Assunto diversas vezes citados em entrevistas, tanto para Aquino (2006) como para Mello (2007) ou como Paulo Nogueira Neto dizia, era a compensação do Estado pela implantação de grandes projetos públicos impactantes (Mello, 2002). Para Aquino (2006), citando Fabiano Costa “uma identidade ambiental imposta pelo Estado na área a partir de 1989, a de Unidades de Conservação de uso sustentável, no caso das FLONAS e APA. E, de preservação permanente, no caso da REBIO. Tais iniciativas governamentais ambientais significam, do ponto de vista dos gestores, antes de qualquer preocupação com a devastação da biodiversidade, a salvaguarda dos interesses do setor mineral, hoje privados, na área”. Estes argumentos foram ouvidos diversas vezes no decorrer da pesquisa na região, contudo, valeria destacar que, embora os fins de sua criação não sejam justificáveis, o resultado atual é que o

mosaico de conservação ambiental que contorna Carajás é, inclusive, o sustentáculo da biodiversidade existente naquele local.

As obrigações de suporte à gestão destas Unidades de Conservação atribuídas à Vale, segundo os documentos legais incluem a residência funcional dentro do Núcleo urbano de Carajás para os gestores federais (funcionários do ICMBio) e uma cota de combustível.

À época da criação deste *continuum* de proteção ambiental (1989) não se aplicava a estratégia de constituir mosaicos com diferentes categorias de conservação ambiental e tampouco havia conhecimentos científicos suficientes para determinar a importância biológica da área. Atualmente, fundamentado nas pesquisas que serviram de referência para a Política Nacional de Conservação da Biodiversidade, tornou-se a principal tática utilizada, ampliando-se a capacidade de defesa da biodiversidade. A grande região de Carajás representa uma das áreas de extrema importância biológica para a conservação (MMA, 2002).

Todavia, como cada uma das unidades esta sendo gerenciada? O que elas representam para o município e para a região?

No primeiro bloco foram aprovados três decretos sequenciais, aprovados em 05 de maio de 1989:

- a) APA do Igarapé Gelado foi criada pelo Decreto 97718 com o objetivo de promover a “proteção dos ecossistemas de floresta amazônica no Pará, em especial a floresta ombrófila aberta submontana”. São 21,6 mil hectares localizados no município de Parauapebas. Seu gestor, baseado no escritório da ICMBio em Parauapebas⁶, realiza sobretudo um trabalho de negociador e articulador – fundamentado em informações científicas e dados técnicos - com os colonos que vivem na área da APA, com as instituições locais, especialmente a Prefeitura Municipal e a própria Vale visando bem definir os programas e atividades do Plano de Manejo que permitam conservar a flora e a fauna existente (jaguatirica, onça pintada, onça parda e araponga branca de Carajás). Em suas próprias palavras, seu primeiro objetivo é convencer os colonos da importância de suas ações dentro da APA, para, em um segundo momento, escolherem, em conjunto, as alternativas econômicas.

Localizam-se nos municípios de Marabá e São Félix, a Rebio e a Floresta Nacional:

- b) A Rebio Tapirapé, criada pelo Decreto 97719, tem o objetivo de “proteger amostras de ecossistemas amazônicos, em especial a região dos castanhais” e teve o apoio da CVRD e da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Cinco tipos de vegetação compõem a Rebio: floresta equatorial ombrófila densa, floresta ombrófila aberta submontana, floresta aberta fluvial, floresta de bambu e vegetação secundária. A fauna é representada por jaguatirica e onça pintada. A propriedade de 99 703 hectares, a noroeste do Projeto Carajás, esta regularizada e pertence ao ICMBio. Dois instrumentos de gestão já foram aprovados: um plano de manejo em 1991 e

⁶ Entrevista realizada em 10 de julho de 2007.

um Plano de Ação Emergencial em 1995, cujos recursos estão incluídos no Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia). Os conflitos de uso compreendem a prática da agricultura de subsistência, pesca, caça, coleta de castanha, garimpo manual e mecanizado e extração de madeira, envolvendo grupos de posseiros, garimpeiros e madeireiros.

- c) A Floresta do Tapirapé-Aquiri criada pelo Decreto nº 97720 visa “o manejo futuro dos recursos naturais da Flona, sob regime de produção sustentada” e cobre uma área de 190 000 hectares. Tem vegetação predominante de floresta ombrófila densa aberta e floresta com cipó e faz limite com a Rebio Tapirapé, a Flona Carajás e a Flona Itacaiúnas. O principal conflito territorial é a sobreposição com parte da Terra Indígena Xicrin do Rio Cateté.

O segundo bloco, também criado no mesmo dia em 1998 (02 de fevereiro), é formado por duas outras Florestas Nacionais:

- a) A Floresta Nacional de Itacaiúnas criada pelo decreto nº 2480, com 141 400 hectares, tendo como objetivo “o manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, a recuperação de áreas degradadas, a educação florestal e ambiental, a manutenção de amostras do ecossistema amazônico e o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes à Floresta Nacional”. Localiza-se no município de Marabá em uma área que foi do Exército (Gleba Aquiri), sobrepondo-se em mais da metade de sua área com a Flona Tapirapé/Aquiri. Além desta sobreposição, outro problema, fundiário, ocorre na Flona: cerca de 40 mil hectares esta ocupado por fazendas, segundo informações do gestor do ICMBio em Parauapebas⁷. Normalmente não seria de esperar que os gestores do ICMBio mostrassem reações contrárias à criação de unidades de conservação, visto serem eles mesmos defensores da sustentabilidade ambiental. Não obstante eles são taxativos, especialmente quanto a do Itacaiúnas:

“Fabiano Gumier Costa assim se referiu ao caso da FLONA do Itacaiúnas: em 1998 ela foi criada, os limites ainda estavam sendo definidos, e não havia pessoal do IBAMA para geri-la. Só em 2002, com a chegada do Amarílio, é que a FLONA Itacaiúnas passa a ter um gestor. Então, ela já tinha várias fazendas lá dentro, era muito antropizada, quando a área foi definida como unidade de conservação. Área de floresta nativa só havia onde os obstáculos naturais impediram desmatar para botar gado. Até hoje a gente questiona a criação dela, porque deu mais problemas para o IBAMA resolver do que propriamente fazer conservação (IBAMA, 20 de maio de 2005). Criada numa área já bastante devastada pela exploração da madeira e pela pecuária indica essa direção, uma vez que, quase uma década depois não se obteve recursos para um trabalho de reflorestamento no local”. (in Aquino, 2006:06).

- b) A Floresta Nacional de Carajás foi criada pelo decreto 2486 e contorna a Serra de Carajás, com o objetivo de “promover a pesquisa científica, a exploração sustentável dos recursos naturais, o estudo e conservação da biodiversidade, educação ambiental e trazer benefícios sociais às

⁷ Entrevista realizada em 10 de julho de 2007.

comunidades do seu entorno através da exploração racional de seus recursos e do turismo”. São 395 826 hectares, localizados nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás. Porém, a concessão do Direito Real de Uso para a CVRD sobre as terras localizadas na Serra dos Carajás, totalizando 411.948,87 hectares antecede à Flona e foi, também, aprovada pelo Senado Federal na Resolução nº 331, publicada no D.O.U. em 11/12/1986. A mesma Casa autoriza atividades impactantes no interior de uma floresta nacional, voltada prioritariamente para a descoberta de métodos de exploração sustentável destas florestas nativas e o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, portanto, ela já nasce com conflito de uso. O conselho consultivo da Flona conta com 17 instituições participantes.

Os planos de manejo das Flonas e da APA estão em fase diferentes de elaboração e implantação. O mesmo representa a micro escala na gestão da unidade, apesar de que o tamanho das UC são, muitas vezes, bem maiores que diversos municípios brasileiros.

Em 2004 foi aprovado o plano de manejo da Flona Carajás baseado no diagnóstico do meio físico, biofísico e antrópico, no qual se definiu um zoneamento interno e programas de utilização. Destacam-se entre eles: i) a pesquisa, a lavra, a industrialização, o transporte e a comercialização de recursos minerais; ii) a promoção do manejo dos recursos florestais, desde que ecológica e economicamente viável; iii) a garantia da proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, dos sítios históricos e arqueológicos e da biodiversidade; iv) desenvolvimento de pesquisas científicas e de atividades relacionadas à educação ambiental; v) atividades de recreação, lazer e turismo (ecoturismo). Apesar dos impactos da mineração, o plano procura resgatar e valorizar o uso múltiplo dos recursos.

A sustentabilidade do meio ambiente é difundida pela visão de manutenção das funções ecossistêmicas de cada área protegida. Considerando-se que na escala de tempo de 5 anos, o planejamento de um plano de manejo deve prever ações que visem reduzir os impactos dos problemas mais comuns na região, abrindo possibilidades de outros projetos específicos serem elaborados, a exemplo dos que combatem ao fogo.

As unidades de conservação regionais contam com um instrumento de gestão - o convênio (005/88)⁸ celebrado entre a CVRD e a extinta Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) - no qual se oficializou o apoio integral da empresa à implantação e à proteção das FLONAS e das outras unidades de conservação do mosaico. Novos convênios foram assinados em 2005 e 2007: um de cooperação técnica entre Ibama (ICMBio) e CVRD, para elaborar um novo plano de manejo da APA (o primeiro data de 1991); o segundo, entre Ibama (ICMBio) e a Salobo Metais (empresa do grupo CVRD) para a adoção das ações necessárias para a manutenção da integridade da Zona de Vida Silvestre da APA Igarapé Gelado. Esse segundo acordo foi uma das condicionalidades estabelecidas no EIA/RIMA para instalação da exploração do cobre e constam na Licença de Instalação nº 416/06. A Vale mantém continuados convênios tanto para melhorias de infra-estrutura (em 2007, a melhoria dos 90 quilômetros de estrada com o reforço de pontes, terraplenagem, drenagem e pavimentação.

⁸ Cf. DECRETOS nos. 97.718, 97.19 97.720, de 05 de maio de 1989. In: <http://www2.ibama.gov.br/unidades>.

Esta estrada atende colonos da APA, das Vilas Paulo Fontelles, Sansão e imediações e representou compensação pela implantação do projeto Salobo, estando também inscrita na Licença de Instalação).

A Vale lançou também o projeto Vale Florestar (em 2006) para plantio de árvores em 200 mil hectares de terra, especialmente no Pará e Vale do Jequitinhonha (MG). São 50 mil hectares com revegetação e 150 mil hectares de reflorestamento para o uso da madeira. Uma parte deste projeto será realizada nas áreas de mineração ou áreas degradadas e outra nos assentamentos do Incra dos anos 1970. (ISA, 2008).

Contudo, outro problema recorrente - os incêndios - atinge as cinco unidades de conservação. Anualmente no período seco há ocorrência de fogo nos limites da Flona com a APA Igarapé Gelado, mas, a cada dois anos estes são mais intensos e mais perigosos. Até 2008 as áreas destruídas dentro da Flona tinham atingido cerca de 800 hectares. Somente em 2007 os aceiros na área externa da unidade foram construídos visando reduzir os riscos de as queimadas atingirem novamente o interior. O pior ano foi 2003, quando o incêndio florestal se propagou durante todo o mês de agosto, atingindo cerca de 550 hectares de floresta, não tendo sido suficientes as equipes do Ibama e do Corpo de Bombeiros do Pará, tendo sido agregadas a ajuda de brigadistas (voluntários) e da Vale. Em 2005 foram oito focos de fogo destruindo mais de 200 hectares e atingiu principalmente a zona de campos altos, com presença de pedras e vegetação de pequeno porte. Em 2007 foram queimados 30 hectares. O combate ao fogo é feito pelo Centro Nacional de Combate e Prevenção aos Incêndios Florestais (Prevfogo), com apoio logístico da Vale. (ISA, 2008). O Plano de Combate a Incêndios no mosaico de Carajás envolveu a formação de brigadistas, especialmente para atenderem os primeiros socorros e formação de técnicas para realizar queimada controlada.

Outro grande problema da APA é fundiário, origem dos conflitos de uso, segundo o gestor da unidade. Por se tratar de uma APA, as terras dos colonos não são tituladas. O ICMBio tem que desenvolver argumentos de convencimento da importância da Zona de Vida Silvestre, prevista no plano de manejo, pois, em 2007, havia ainda oito colonos aí localizados. As negociações abordam formas de indenização, solicitadas à Vale.

Em síntese, no âmbito desta forma de gestão, as características da sustentabilidade ambiental levam em conta as limitações impostas pelas dinâmicas naturais. Assim, a ação das instituições é de adaptar o impacto das atividades humanas às características dos ecossistemas. Em um primeiro tempo, esta adaptação passa por um zoneamento do meio natural com uma zona na qual são autorizadas as atividades de forte impacto (a mineração) e uma zona submetida apenas às dinâmicas naturais. Em um segundo tempo, este zoneamento se faz menos exclusivo, a APA deve permitir a proteção de um meio igualmente valorizado pelo homem, cuidando para que o impacto de sua atividade sobre o meio seja a mais reduzida possível. Esta concepção é segmentada no sentido de os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento sustentável serem menos considerados à escala local que os aspectos ambientais.

A sustentabilidade pela conversão

Inicialmente a idéia de sustentabilidade pela conversão repousa sobre a possibilidade de convencer outros segmentos sociais que, até então, não se preocuparam com tais princípios.

Vários atores (poderíamos classificá-los em agrícolas e não agrícolas) constituem a base deste eixo de sustentabilidade destacando-se principalmente a prefeitura, a televisão local, os atores ambientais junto aos pequenos agricultores entre os primeiros; algumas cooperativas de serviços e a Emater (Empresa de Assistência Técnica ao Produtor Rural), a Cooper, a Cooperativa e o Sindicato de Produtores de Curionópolis. Atores ligados com a Teologia da Libertação, desde sua chegada na região, atuam majoritariamente no campo das ações coletivas.

Três tipos de ações constituem a base dessa categoria de sustentabilidade: as ambientais, voltadas para a formação, difusão e apoio técnico, visando criar condições para que os produtores se convençam da importância da sustentabilidade ambiental; as sociais são formações e apoios, especialmente formas de melhorar as condições de vida dos agricultores mais desprovidos de meios e, finalmente, as ações econômicas voltadas à melhoria da renda e/ou a empregabilidade de um setor. O período de ação desses atores normalmente se circunscreve aos tempos de seus mandatos, como prefeito, como diretores da Emater ou como presidentes das cooperativas.

Como elemento de reflexão, ressalta-se que a gestão ambiental envolve as preocupações sociais e no âmbito do MMA, o fomento a projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia engloba as ações que tratam simultaneamente de controle ambiental e conversão de agricultores. O PADEQ (Projeto alternativas ao desenvolvimento e às queimadas⁹) iniciado em julho de 2005 para o controle das queimadas inseriu o desenvolvimento da agricultura familiar, com suporte para a mecanização agrícola. Em 2006 inseriu a adubação verde. Em parceria com a Cooper e Fetagri, o projeto integra, atualmente, somente 20% dos agricultores, apesar de inicialmente ter sido discutido com mais de 100 pessoas.

Um aspecto bastante lembrado pelos agricultores¹⁰ residentes na APA, o desmatamento depois do início do projeto reduziu bastante, mas, os agricultores que não fazem parte do mesmo não se importam com as multas aplicadas pelo ICMBio.

O esforço técnico visando à mudança de comportamento dos integrantes do PADEQ tem produzido resultados visto que os produtores têm investido na plantação de frutíferas locais, em sistemas agroflorestais ou ainda em recuperação de pastos e juquirá. Exemplos de plantação de mudas de açaí, de cupuaçu, graviola e coco, além da rotação de culturas e pastos.

⁹ O PADEQ é um projeto vinculado ao PD/A Projetos Demonstrativos Tipo A do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, gerenciado pelo MMA. Em 2006, foram apoiados 19 projetos na Amazônia, os quais atendem a 3404 famílias de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas.

¹⁰ Foram entrevistados 47 moradores na APA Igarapé Gelado.

As ações financiadas pelo PADEQ em 2006¹¹ somadas às ações sociais financiadas pelo governo federal vêm sendo desenvolvidas na região pelo ICMBio abrangem a formação dos produtores que vivem dentro da APA e a disponibilização de expertise para os mesmos produtores.

Da mesma maneira, com o objetivo de criar condições para aumentar a renda dos produtores familiares, especialmente dentro da APA, os projetos financiados pelo governo federal vêm fornecendo recursos financeiros, técnicos e mesmo mudas. Do ponto de vista da instituição federal somente a manutenção do tripé do desenvolvimento sustentável garantirá a durabilidade ambiental.

Localmente, o discurso nacional do desenvolvimento sustentável foi transformado em desenvolvimento local pelo prefeito de Parauapebas e definiu como política ambiental cinco eixos prioritários¹²: incremento da arborização urbana com espécies nativas; revitalização do Igarapé Ilha do Coco; combate à poluição sonora; remoção de ocupações em áreas públicas e APP e educação ambiental voltada para o ecoturismo (formação de guias no Centro de Educação Ambiental) na Flona, em parceria com o ICMBio.

Definido como uma das prioridades, a revitalização do Igarapé Ilha do Coco é um projeto com recursos do FNMA no valor de R\$ 237 487,00 para, em dois anos, recuperar 35 espécies da mata ciliar e, ao mesmo tempo, evitar a ocupação das áreas de risco e APP. Cabe ao município apenas o que é exigência de contrapartida, 10%, um investimento de R\$ 24.509,00. As Secretarias do meio ambiente e assistência social retiraram 25 locais de ocupação em áreas públicas e áreas de preservação permanente (APP).

Os projetos de educação ambiental para a formação de guias visando o uso da Flona se faz em parceria com o ICMBio por meio de “A Escola vai à Flona e o Uso Público da Flona”.

A estrutura desta Secretaria contém também os departamentos de fiscalização, licenciamento e monitoramento, reproduzindo modelos de instituições responsáveis pelas políticas ambientais. As atribuições do Departamento de Fiscalização são o planejamento, coordenação e execução de processos e ações de fiscalização ambiental e a avaliação de forma sistemática de atividades empresariais nocivas ao meio ambiente. Também recebe denúncias, às quais vão verificar sua veracidade.

¹¹ As principais realizações em 2006 abrangem a) avaliação e adequação do Sistema de Monitoria e Avaliação; b) contratação e capacitação inicial dos projetos aprovados no ano de 2005, tendo sido desembolsado cerca de R\$ 15,8 milhões para a execução de 147 projetos nos Componentes Padeq; e c) consolidação das experiências anteriormente apoiadas pela ação, resultando no apoio a 31 grandes projetos, sendo 12 na Mata Atlântica e 19 na Amazônia, os quais atendem a 3404 famílias de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas.

¹² Como na atualidade é impossível pensar em política ambiental sem a participação da comunidade, a estratégia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é promover a articulação de parcerias com centros comunitários, associações de classe, sindicatos e igrejas e parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais nacionais e internacionais e com o setor madeireiro e os assentamentos rurais do município. Ao lado destas estratégias, incluem-se como atribuições a formulação de políticas e diretrizes de desenvolvimento ambiental para o município, a integração da política ambiental ao plano diretor urbano do município, os estudos de zoneamento e uso do solo, o planejamento e execução da arborização urbana, a promoção da educação e do licenciamento ambientais no município.

O licenciamento ambiental desenvolve todos os procedimentos necessários para autorizar o funcionamento de empresas ou empreendimentos industriais, agroflorestais, minerários e de infra-estrutura. O monitoramento ambiental dos empreendimentos licenciados tem como base as informações fornecidas no RAS (Relatório Ambiental Simplificado) e as exigências contidas na licença ambiental. Além disso, verifica os termos de compromisso assinados, as notificações e licenças e elabora projetos em parceria com outros departamentos e secretarias.

Mas, em que se diferencia a atual política das anteriores? O plano diretor do município, aprovado em 2006, define como eixos estratégicos o meio ambiente, a economia, enfatizando a agricultura familiar, a inclusão social, a infra-estrutura. O prefeito, oriundo dos movimentos de comunidades de base, recolocou em destaque a política agrícola do município, focalizando a melhoria das condições da agricultura familiar, dando voz às associações e cooperativas apoiadas pela Igreja. Considera fundamental que é preciso “mudar a cabeça do agricultor familiar, fazê-los pensar que a floresta servira hoje e no futuro”, destacando que a melhor forma de convencê-los são os argumentos da melhoria econômica; mas entende também que a agricultura familiar é forte no município porque é subsidiada. Para as áreas destinadas à produção de alimentos o principal programa da política municipal é a mecanização agrícola e o estímulo à pecuária leiteira, em função do compromisso já estabelecido com a indústria Parmalat e a fruticultura, que é um dos pilares do desenvolvimento e gera uma renda fixa ao agricultor.

A televisão local¹³, associada da Rede Globo de Televisão, atua como um grande formador de opinião. Significa tratar jornalisticamente as questões sociais, econômicas e ambientais. Como o crescimento da cidade é extremamente acelerado, promoveu os debates a respeito do diagnóstico e plano de desenvolvimento regional (contratado pela Vale) colocando lado a lado, prefeito, elaboradores do diagnóstico, representantes da sociedade local, divulgando a visão do crescimento acelerado e seus impactos.

Normalmente organizam reportagens ou inserem os assuntos prioritários na programação semanal. Dentre as prioridades sociais dos últimos 5 anos, suas prioridades sociais envolveram assuntos ligados à cultura dos artistas locais; portadores de necessidades especiais, a discriminação do idoso junto com a implantação do centro da melhor idade; a violência / prostituição infantil. Isto significa incluir o assunto em oportunidades diversas durante o ano, tratando simultaneamente dos interesses das comunidades ou os problemas locais como lixo, obras ou queimadas, quando esta se intensifica.

Mas, a TV exerce também pressões sobre a área econômica promovendo articulações para a ampliação dos meios de formação profissional, via sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT), em função da baixa qualidade de serviços em todos os setores. Além dessa preocupação, divulgam as novidades na produção local e regional, valorizando os novos produtos agrícolas que surgem, como geléias e polpas de frutas, sejam os moveis criados no pólo moveleiro, sejam as jóias produzidas no município de Marabá.

Destaca a ausência de empreendedores locais e de lideranças locais, visto o conjunto de problemas presentes no município desde sua emancipação. Não há projetos visíveis com o uso dos *royalties*, o orçamento municipal é elevado, e, além disso, a VALE contribui com todos os tipos de atividades realizadas na cidade.

¹³ Entrevista ao proprietário da televisão local, realizada em 10 de julho de 2007.

Do lado dos atores agrícolas é importante destacar a Copserviços e a Emater. As ações Copserviços englobam um leque de opções nesse contexto e realiza o trabalho de promoção e diversificação da agricultura familiar, suas. É uma entidade ligada ao movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR) do sudeste do Pará, contou com o apoio forte das comunidades eclesiais de base e Comissão Pastoral da Terra especialmente no momento de sua formação, em 1998. Atua como mediadora entre populações assentadas e o Estado, na definição e execução dos planos de desenvolvimento dos assentamentos agrários, tem buscado atualmente articular os dois lados do processo: o PRONAF, financiador das infra-estruturas, crédito e assistência técnica e extensão rural atuando diretamente junto ao produtor na implantação de seus projetos e a segunda linha, a representação destes produtores em negociações junto à instituições públicas responsáveis pela política agrícola.

Apesar das deficiências locais, seja do ponto de vista de infra-estrutura ou de créditos, o foco dado pela Copserviços aos produtores de Parauapebas é o desenvolvimento da fruticultura, no entanto, numerosas vezes o produtor local encontra-se em uma situação de pressão (perda de produção, endividamento, preço baixo, falta de créditos, etc), a qual s reflete sobre seus próprios recursos . Considera Miranda (2009) que

“Com relação à própria sustentabilidade ambiental, considerando-se a viabilidade de projetos de fruticultura nos assentamentos, as condições para o transporte e acondicionamento dos frutos limitam as possibilidades de retorno econômico, diante da falta de energia elétrica para armazenagem e a dificuldade de escoamento de produtos de alta ou média perecibilidade, como acerola, cajá, mamão, cupuaçu e outros de boa aceitação no mercado local”.

Outro aspecto relacionado com as condições de conservação do meio ambiente, é também analisado por Miranda (2009):

“Da mesma forma, a preservação do meio ambiente é comprometida pela necessidade de abertura de áreas de floresta nativa (no sistema de derrubada, queima e plantio) para formação de roças anuais que garantem a subsistência alimentar das famílias (arroz, mandioca, milho e feijão). As áreas não são utilizadas no ano seguinte para novas roças. A aquisição de maquinário poderia permitir a utilização de uma mesma área por mais de um ciclo produtivo, mas as condições econômicas da maioria das famílias não permitem a mecanização e há dificuldade em obter este apoio dos órgãos públicos por parte dos serviços de assessoria e dos próprios camponeses”.

Desta maneira, o autor avalia que poderiam ser adotadas alternativas comuns para as soluções de alguns problemas como a falta de mecanização e os impactos positivos que a sua implantação permitiria. Fatores que convergiram com a política do prefeito atual que tem como uma de suas prioridades agrícolas o deslocamento da produção para as feiras e mercados da cidade.

O trabalho da Emater, por outro lado, é promover a assistência técnica junto ao produtor rural, vistorias e visitas de campo visando orientar a produção de fruticultura e a criação do gado leiteiro. O orçamento do escritório local é reduzido (R\$ 24 mil/ano) e atuam em parceria com a Prefeitura e com cooperativas. O público alvo são agricultores cujas propriedades não excedem a 7 alqueires (35 ha) e elaboram as propostas para solicitação de recursos ao PRONAF (C, D e E).

Seu trabalho tem se baseado no Diagnostico Rural de todos os Projetos de Assentamentos, a partir das necessidades e propostas dos produtores e a identificação dos problemas de escoamento da produção. Os cadastros dos proprietários nos projetos de

assentamento já esta integrado com os das cooperativas. Sua ação específica e de articulação junto à COOPER resultou em 29 propostas de fruticultura enviadas ao Pronaf-C.

Em síntese, esta racionalidade considera marginalmente as dinâmicas naturais, moduladas segundo as instituições (maior ou menor importância ou influência). Aqui, questão é, primeiramente, encontrar maneiras de ampliar a renda dos agricultores. O impacto de sua atividade sobre o meio é pensado em função desta ampliação de renda. Esta concepção de sustentabilidade à escala local é mais global pois os três eixos são integrados, mesmo se em contrapartida, as preocupações ambientais são menos presentes.

Conclusões

O discurso do desenvolvimento sustentável tem ganhado concretude em experiências muito locais, como no nosso estudo de caso, normalmente financiados com recursos internacionais, ora integrando políticas públicas específicas, ora se constituindo apenas projetos isolados.

No âmbito das políticas públicas, desde a conferência de Estocolmo (1972) numerosos projetos foram tentados, marcando um período em que o tema se circunscrevia aos setores técnicos e no interior dos movimentos sociais ambientalistas, tendo, portanto, privilegiado o lado técnico, com a procura incessante dos meios de implementação. O tema encontrava-se no âmbito das instituições executoras da política ambiental, nos lembra Sachs (1980). No início da década de 1990, a difusão ampla dos ideais do desenvolvimento sustentável ganha um novo aliado, os setores científicos, que começam a aprofundar a montagem da matriz teórico-conceitual e metodológica (Becker, 1999, 2001; Sachs, 1989, 2007). O cuidado que suscitam os resultados desse processo é que não se pode continuar tratando a questão do desenvolvimento sustentável como um processo onde cada um escolhe o que quer. Agrupá-los segundo os valores é imperativo, visto que numerosas vezes as práticas podem ser contraditórias.

Se em termos do discurso, a questão da sustentabilidade foi precocemente incorporada nas políticas públicas (Mello, 2006), pode-se contar com contribuições de alto valor das ONG que, de fato apoiadas em financiamentos internacionais, investiram em numerosos projetos locais sustentáveis. Até o momento, algumas das experiências que obtiveram sucesso conseguem produzir resultados que modificam o *status quo* dos beneficiários envolvidos, seja permitindo-lhes obter uma renda maior, seja garantir formas de gestão sustentável de suas chácaras, lotes e sítios.

Como foram sendo desenvolvidos simultaneamente, projetos e a matriz teórica da sustentabilidade expressam lógicas distintas de seus atores e se dividem nas categorias de sustentabilidade proposta anteriormente (van Tilbeurgh e Mello, 2008).

No contexto das experiências sustentáveis situa-se a ação da COOPER. A COOPER soube bem articular-se no contato entre os tipos de sustentabilidade pela eficácia e pelo meio ambiente.

Como a COOPER soube procurar quem, mesmo com outra lógica, pudesse apoiá-los? Das instituições dirigidas pela lógica da sustentabilidade ambiental, a COOPER mobilizou e mobiliza os produtores moradores no interior da APA Igarapé Gelado, seja articulando com

os gestores locais do ICMBio para conseguir recursos no âmbito do PADEQ, pagando horas de uso de maquinário para roçar o terreno e plantar, seja mobilizando ajuda da Vale para obter mudas de frutas como maneira de reflorestar áreas degradadas em zonas de recuperação (com mudas de açaí). Para isto conta, simultaneamente, com a participação da Copserviços para elaborar os projetos aos produtores rurais.

A TV Liberal local tem sido acionada para divulgar tecnologias e produtos novos, fazendo uma espécie de propaganda contínua, e divulgando cada novo produto, cada novo fruto que é incorporado à produção de polpas, geléias, doces e balas. Da Prefeitura a COOPER soube mobilizar o uso de tratores e transportes duas vezes na semana para entrega dos produtos a feira da Cidade.

Considerados, inicialmente como incompatíveis, os atores que se situam em um lado ou outro das categorias da sustentabilidade, pela eficácia e pelo ambiente, a COOPER, pela sua cultura, fortemente ancorada no movimento social oriundo da Teologia da Libertação, conseguiu bem articular as questões ambientais integrando-a nas preocupações de sustentabilidade da família, com a reprodução dos projetos familiares, mas conservando o meio ambiente.

A fragilidade econômica da COOPER não lhe permite ligar fortemente estas lógicas dentro de suas práticas. Mas, a articulação das sustentabilidades pela COOPER repousa na lógica da integração da atividade racional - em finalidade - pelos produtores, as empresas e parcela dos responsáveis pela Cooper bem como na atividade racional - em valor - com a participação dos responsáveis pela formação e por certas instituições.

Em que momento ocorre tal articulação? Em dois pólos, maneira pela qual os principais atores da COOPER se reúnem:

- 1) Ao redor da comercialização – tornando-se uma atividade racional em finalidade - (o objetivo é vender seus produtos), os produtores associados à COOPER são submetidos a outros imperativos;
- 2) Ao redor de ações de formação, onde a atividade é racional em valor. Trata-se de convencer os produtores familiares interessados na necessidade de “ser consciente”.

Pela conversão, ela contribuiu amplamente a modificar o universo cognitivo dos atores. As duas formas de sustentabilidade são articuladas pela COOPER, dentro de atividades diferentes. A COOPER, ao não exigir dos produtores uma grande atenção ao impacto de sua atividade sobre o meio ambiente, por uma ecocondicionalidade, por exemplo, se impede de integrar, em sua prática, as duas formas de sustentabilidade.

Por outro lado, o contato crescente com instituições internacionais e, especialmente com as nacionais e estaduais permite-lhe uma projeção ampla e contribui para que reforçar, ainda mais, seu processo de articulação com a Prefeitura que é antigo e construído nas mesmas bases das comunidades eclesiais de base, prefeito e diretor da cooperativa investem e acreditam nas possibilidades de um espaço para a gestão socioambiental, levando em consideração a conservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida da sociedade.

Bibliografia

- BECKER, Bertha K. Amazônia: construindo o conceito e a conservação da biodiversidade na prática. In GARAY, Irene; DIAS, Bráulio (orgs.). *Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais. Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 92-101.
- _____. *Cenários para a Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Núcleo de Apoio às Políticas Públicas da Amazônia, 1999, 70 p. 1 CD.
- COY, Martin. *Desenvolvimento Regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “ponteira”. O caso de Rondônia*. [1987]. http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf [consultado em 20.maio.2009]
- DROULERS, Martine; MAURY, Patrick. "Colonisation de l'Amazonie Maranhense In COLLOQUE EN L'HONNEUR DE PIERRE MONBEIG, Les phénomènes de « frontière » dans les pays tropicaux, 1979, Paris. *Conferências... Paris: Travaux et Mémoires de IHEAL, n° 34*, 1981, p.133-151.
- Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território Rural do Sudeste do Pará. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial–MDA/SDT. Brasília: Março, 2005. www.serv-sdt-1.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ep/EP_PA_Sudeste_do_Para.pdf
- FEARNSIDE, Philip. 2001, « Land-Tenure Issues as Factors in Environmental Destruction in Brazilian Amazonia: The Case of Southern Pará », *World Development*, 29, p. 1361-1372.
- Instituto Socioambiental. <http://www.socioambiental.org/>. [consultado em 03, 06 e 10 de março 2008].
- MANCIN, Rinaldo César. Estado e sociedade na busca do desenvolvimento sustentável em demonstrativos. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de mestrado, 2001.
- MELLO, Neli Aparecida de. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.
- MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva. A Cooperativa de Prestação de Serviços (copserviços) e o desenvolvimento de assentamentos na reforma agrária do sudeste do Pará: limites e potencialidades de implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural na consolidação do projeto “familiar-policultural”. http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/175.htm (consultado em 18 maio 2009).
- NÉDÉLEC V., (2005) : Modélisation de la colonisation agricole et de la déforestation dans le nord du Mato Grosso : approche multiscale par télédétection. 294p. Thèse de Doctorat, Géographie, Université Rennes 2.

- SACHS, Ignacy. Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria do desenvolvimento São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. "L'écodeveloppement de l'Amazonie: strategies, priorites de recherche, cooperation internationale" in *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n° 11, p. 121-146.
- _____. *Sustainable development: from normative concept to action*. Background paper prepared for ISS and IDB, Washington D.C., march 1989. (mimeo)
- _____. *Stratégies de l'écodeveloppement*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1980.
- SMOUTS, Marie-Claude. *Le développement durable, les termes du débat*. Paris, Armand Collin, 2005.
- THÉRY, Hervé. Colonisation et élevage en Rondônia. In *Amazonies Nouvelles*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, p.157-164, 1977.
- VAN TILBEURGH, Véronique; DE MELLO, Neli Ap. Protéger la forêt amazonienne par la transformation des fruits en marchandise : articulation de trois niveaux de régulation. Colloque AISLF-Istanbul, juillet 2008.
- WEBER, M. Économie et société, Paris, Plon, 1971.